

Miracema Transmissora de Energia  
Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2021  
Com Relatório do Auditor Independente

# Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

### Índice

Relatório da Administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## Relatório da Administração

A Administração da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MIR” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

### A Companhia

A MIR é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado do Tocantins, proveniente do Leilão ANEEL nº 013/2015.

Em 29 de novembro de 2019 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 90 km de linha, com capacidade de 230kV (Lajeado – Palmas) e 500kV (Miracema – Lajeado) além de 3 subestações sendo elas: SE Palmas (230kV/138kV), SE Lajeado (500kV/230kV) e SE Miracema (500kV).

A MIR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2021	2020
Receita operacional líquida	132.705	84.113
EBITDA	124.493	76.862
Margem EBITDA	93,81%	91,38%
<b>Reconciliação do EBITDA</b>		
Lucro do exercício	120.406	74.199
Depreciação e amortização	164	55
Resultado Financeiro	(640)	(188)
Imposto de renda e contribuição social	4.563	2.796
EBITDA	124.493	76.862

**EBITDA** - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

### Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da MIR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa, comuns a todas as concessões do Grupo.

### Política de qualidade

A MIR, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

### Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$66 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>				<b>Passivos</b>			
<i>Ativos Circulantes</i>				<i>Passivos Circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.654	7.495	Fornecedores		1.076	646
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	6.950	7.251	Taxas regulamentares		558	358
Ativo de contrato de concessão	6	57.695	54.396	Impostos e contribuições sociais	8	893	869
Impostos e contribuições sociais	8	667	623	Dividendos obrigatórios	11	21.161	18.526
Outras contas a receber		151	57	Passivo de arrendamento	7	182	182
<b>Total dos Ativos Circulantes</b>		<b>70.117</b>	<b>69.822</b>	Outras contas a pagar		557	1.050
				<b>Total dos Passivos Circulantes</b>		<b>24.427</b>	<b>21.631</b>
<i>Ativos Não Circulantes</i>				<i>Passivos Não Circulantes</i>			
Contas a receber de Concessionárias e permissionárias	5	18	5	Provisão para contingências		392	24
Ativo de contrato de concessão	6	562.621	500.449	Passivo de arrendamento	7	49	207
Depósitos judiciais		368	-	Impostos e contribuições diferidos	9	19.106	17.089
Direito de uso	7	204	368	Tributos diferidos	10	22.564	20.197
Imobilizado		700	-	Outras contas a pagar		2.661	950
Outras contas a receber		170	177	<b>Total dos Passivos Não Circulantes</b>		<b>44.772</b>	<b>38.467</b>
<b>Total dos Ativos Não Circulantes</b>		<b>564.081</b>	<b>500.999</b>	<b>Total dos Passivos</b>		<b>69.199</b>	<b>60.098</b>
				<i>Patrimônio Líquido</i>			
				Capital social		277.940	277.940
				Reserva de lucros		256.197	195.250
				Dividendos adicionais propostos		30.862	37.533
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	12	<b>564.999</b>	<b>510.723</b>
<b>Total dos Ativos</b>		<b>634.198</b>	<b>570.821</b>	<b>Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido</b>		<b>634.198</b>	<b>570.821</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	2021	2020
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		80.543	43.503
Remuneração do ativo de contrato de concessão		52.162	40.610
Receita operacional líquida	17	<u>132.705</u>	<u>84.113</u>
Pessoal		(1.275)	(1.205)
Material		(2.563)	(1.490)
Depreciação e amortização		(164)	(55)
Serviços de terceiros		(3.251)	(2.812)
Outros custos operacionais		(122)	(330)
Custos operacionais	18	<u>(7.375)</u>	<u>(5.892)</u>
Lucro bruto		<u>125.330</u>	<u>78.221</u>
Pessoal		(33)	(256)
Serviços de terceiros		(906)	(858)
Outras despesas operacionais		(62)	(300)
Despesas operacionais	18	<u>(1.001)</u>	<u>(1.414)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		124.329	76.807
Receitas financeiras		788	289
Despesas financeiras		(148)	(101)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	19	<u>640</u>	<u>188</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>124.969</u>	<u>76.995</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.546)	(2.180)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.017)	(616)
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(4.563)</u>	<u>(2.796)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>120.406</u>	<u>74.199</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	16	<u>0,43321</u>	<u>0,26696</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício  
findo em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	120.406	74.199
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>120.406</u>	<u>74.199</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	272.940	8.841	189.501	-	-	-	471.282
Aumento de capital		5.000	-	-	-	-	-	5.000
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	(22.135)	-	-	-	(22.135)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	74.199	74.199
Destinação do Lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	3.710	-	-	-	(3.710)	-
Reserva especial		-	-	15.333	-	-	(15.333)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(17.623)	(17.623)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	37.533	(37.533)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	277.940	12.551	182.699	-	37.533	-	510.723
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	-	(37.533)	-	(37.533)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	(8.339)	(8.339)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	120.406	120.406
Destinação do Lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	6.020	-	-	-	(6.020)	-
Reserva especial		-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	54.927	-	(54.927)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(20.258)	(20.258)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	30.862	(30.862)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	277.940	18.571	182.699	54.927	30.862	-	564.999

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		120.406	74.199
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(52.162)	(40.610)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 17	(69.516)	(22.045)
Receita de implementação da infraestrutura	6 e 17	-	(1.943)
Custo de implementação da infraestrutura	18	-	(2.254)
Amortização do direito de uso	7	164	55
Juros sobre passivo de arrendamento	7 e 19	24	11
Imposto de renda e contribuição social	13	4.563	2.796
Tributos diferidos	17	2.367	677
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		23	24
Provisão de Parcela variável	5	64	108
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	19	(71)	-
Despesa de atualização monetária de contingências	19	76	-
Receita de aplicação financeira	19	-	(289)
		<u>5.938</u>	<u>10.729</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
(Aumento) no saldo de clientes		224	(7.207)
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		56.207	44.557
(Aumento) de impostos e nas contribuições sociais líquidos		(451)	(491)
Redução (aumento) nas outras contas a receber		(89)	44
Aumento (redução) nos fornecedores		430	(1.765)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		200	354
Aumento nas outras contas a pagar		1.191	386
		<u>57.712</u>	<u>35.878</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>63.650</u>	<u>46.607</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(2.115)</u>	<u>(1.330)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>61.535</u>	<u>45.277</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Baixa no imobilizado		(700)	-
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		-	1.938
Caixa líquido gerado (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(700)</u>	<u>1.938</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de passivo de arrendamento	7	(182)	(45)
Pagamento de dividendos	11	(63.494)	(44.807)
Aumento de capital	12	-	5.000
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(63.676)</u>	<u>(39.852)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.841)</u>	<u>7.363</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	7.495	132
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	4.654	7.495
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.841)</u>	<u>7.363</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A MIR é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Miracema/Lajeado 500 kv e Lajeado/Palmas 230 Kv, bem como das subestações de Lajeado - TO e Palmas - TO, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 017/2016 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 29 de setembro de 2019 a Companhia concluiu a energização do trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão. Em 29 de novembro de 2019 concluiu as últimas energizações que englobam o trecho LT 230kV Lajeado – Palmas (circuito duplo) com aproximadamente 60 km de extensão, a nova subestação de Palmas onde serão conectadas as linhas de transmissão da distribuidora local, e a adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado.

A MIR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

#### 2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma CPC 06 – R2 aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

### 2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 6,64% e 9,47% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos em cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

### 3.2. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos e atualizações de depósitos judiciais.

As despesas financeiras abrangem despesas de arrendamentos financeiros e atualizações de contingências.

### 3.3. Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado (não vinculados à infraestrutura da concessão) são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

b) Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado são as seguintes: máquinas e equipamentos – 12,42%, edificações, obras civis e benfeitorias - 3,37%, e móveis e utensílios – 6,32%. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.6. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

#### b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia opta pela aplicação da isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5 mil). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 3.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2021, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência - Em 27 de agosto de 2020, o IASB emitiu alterações no IFRS 16, IFRS 4, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9. As alterações aos pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- (i) Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- (ii) Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- (iii) Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações são válidas à partir de 1º de janeiro de 2021, porém não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Alterações no CPC 00: Referência à Estrutura Conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o “custo de cumprir” um contrato inclui os “custos que se relacionam diretamente com o contrato”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	24	3.721
Aplicações Financeiras	4.630	3.774
	<b>4.654</b>	<b>7.495</b>

  

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2021	31/12/2020
CDB e Operações Compromissadas	101,14% do CDI	99,26% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	7.140	7.364
Parcela variável (i)	(172)	(108)
	<b>6.968</b>	<b>7.256</b>
Circulante	6.950	7.251
Não circulante (ii)	18	5

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2021 e 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

A MIR não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Movimentação da parcela variável	31/12/2020	Adição (*)	Reversões (*)	31/12/2021
	(108)	(113)	49	(172)

(\*) Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2020	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2021
LT 500kv Miracema - Lajeado C2/LT 230kv Lajeado - Palmas CD/SE Palmas/SE Lajeado	554.845	52.162	69.516	(56.207)	620.316
Circulante	54.396				57.695
Não circulante	500.449				562.621

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Linha de transmissão	31/12/2019	Adição (a)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2020
LT 500kv Miracema - Lajeado C2/LT 230kv Lajeado - Palmas CD/SE Palmas/SE Lajeado	534.804	1.943	40.610	22.045	-44.557	554.845
Circulante	1.721					54.396
Não circulante	533.083					500.449

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:

Ciclo 2021-2022 Resolução 2.959 de 05/10/2021 (*) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Ciclo 2020-2021 Resolução 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
74.527	(1.822)	72.705	67.939	1.249	69.188

(\*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

## 7. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamento de veículos. Os prazos de arrendamento variam entre 12 e 48 meses. Não existem contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A Companhia, também, possui arrendamentos com prazos iguais ou inferiores a 12 meses e arrendamentos cujo ativo adjacente é de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

### a) Direito de Uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e pelos custos esperados na desmobilização.

Direito de Uso	31/12/2020	Depreciação	31/12/2021
Veículos	368	(164)	204

Direito de Uso	31/12/2019	Adição por novos contratos	Depreciação	31/12/2020
Veículos	-	423	(55)	368

### b) Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Passivo de Arrendamento	31/12/2020	Juros do exercício	amortização	31/12/2021
Veículos	389	24	(182)	231
Circulante	182			182
Não circulante	207			49

Passivo de Arrendamento	31/12/2019	Juros do exercício	Adição de novos contratos	amortização	31/12/2020
Veículos	-	11	423	(45)	389
Circulante	-				182
Não circulante	-				207

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos dos passivos de arrendamento:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Veículos	15	30	136	61	242

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2021	2020
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	164	55
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	24	11
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de outros custos e despesas operacionais)	4	111
<b>Total reconhecido no resultado</b>	<b>192</b>	<b>177</b>

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7	11
PIS e COFINS a compensar	51	51
ICMS	574	551
Outros	35	10
<b>Ativo circulante</b>	<b>667</b>	<b>623</b>
IRPJ e CSLL correntes	551	542
INSS e FGTS	40	39
ISS	43	51
ICMS	17	22
PIS e COFINS a recolher	216	198
Outros	26	17
<b>Passivo circulante</b>	<b>893</b>	<b>869</b>

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	19.106	17.089

(\*) Valores referentes à aplicação do CPC47.

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	22.564	20.197

(\*) Valores referentes à aplicação do CPC47.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**11. PARTES RELACIONADAS**

I –Outras Contas a Receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	PSTEL – CEMIG	324	332	3.938	3.670

b) Passivo e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	OCP - Serviços de "back-office" – Taesa	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 27/10/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	Comodato de imóvel – Taesa	N/A	20/08/2018 a 19/08/2051	N/A	Não houve.
4	OCP x Operação e Manutenção – Taesa	R\$125 Valor mensal	05/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + juros de mora de 1% a. m. + atualização monetária IGP-M/Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido, pela contratante, nos casos inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada ou incapacidade técnica.
<u>Transações com a empresas ligadas</u>					
5	OCP x Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminad o (contrato Taesa)	Taxa de administração de 1,0% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.
6	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com a controladora</u>					
1	Serviços de "back-office" – Taesa	-	50	573	594
2	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	123	-	123	-
4	Operação e Manutenção – Taesa	80	125	1.784	1.500
<u>Transações com empresas do grupo taesa e ligadas</u>					
5	Previdência privada - Forluz – Custo	-	-	5	10
6	Reembolso de despesas – Janaúba	2	-	-	-
		205	175	2.485	2.104

## II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2020	Adições	Pagamentos	31/12/2021
Dividendos a pagar à Taesa	18.526	66.129	(63.494)	21.161

	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de Aprovação	Data de pagamento	Valor
Dividendos intercalares pagos	2021	02/12/2021	AGE	28/12/2021	8.339
Dividendos adicionais	2020	30/04/2021	AGO	28/12/2021	17.535
Dividendos adicionais	2020	30/04/2021	AGO	26/08/2021	12.800
Dividendos obrigatórios e adicionais	2020	30/04/2021	AGO	27/05/2021	23.917
Dividendos obrigatórios	2019	30/04/2021	AGO	27/05/2021	903
					63.494

## III - Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado era R\$277.940 representado por 277.940.000 (duzentas e setenta e sete milhões novecentas e quarenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76 e (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

### Destinação do lucro líquido do exercício

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	120.406	74.199
Dividendos intercalares pagos	(8.339)	-
Reserva legal	(6.020)	(3.710)
Dividendos obrigatórios	(20.258)	(17.623)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos adicionais propostos	(30.862)	(37.533)
Reserva de lucros a realizar	(54.927)	(15.333)

### 13. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2021		2020	
	IRPJ	IRPJ	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	138.829	138.829	88.136	88.136
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(63.695)	(63.695)	(18.986)	(18.986)
	75.134	75.134	69.150	69.150
Percentual	8%	12%	8%	12%
Imposto	6.011	9.016	5.532	8.298
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	717	717	289	289
Outras	34	34	12	12
Base de cálculo	6.762	9.767	5.833	8.599
Imposto de renda - 15%	(1.015)		(875)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(652)		(559)	-
Ajuste de períodos anteriores			20	8
Contribuição social - 9%		(879)	-	(774)
Total de despesa	(1.667)	(879)	(1.414)	(766)
Total de IRPJ e CSLL		(2.546)		(2.180)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2021	2020
Imposto de renda	(1.309)	(400)
Contribuição social	(708)	(216)
	(2.017)	(616)

### 14. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ezze Seguradora	18/09/2021 a 18/09/2022	40.000	2
Responsabilidade civil	FATOR Seguros	20/09/2021 a 19/09/2022	10.000	2
RO – Risco Operacional	Mapfre Seguros	01/06/2021 a 01/12/2022	39.000	125

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

### 15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo através do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo	4.630	3.774
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	24	3.721
	<u>4.654</u>	<u>7.495</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.076	646
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	2.661	948
	<u>3.737</u>	<u>1.594</u>

### 15.4. Risco de mercado

#### 15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

#### 15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI (a)	4,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 11 de março de 2022 – Fonte Externa Independente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Exposição Líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2021	Efeito Provável no LAIR - 2022 - (redução)
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	4.630	387

#### 15.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### 15.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, nos, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**15.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	4.630	3.774	Nível 2

**16. LUCRO POR AÇÃO**

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	120.406	74.199
Quantidade de ações ordinárias	277.940	277.940
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,43321	0,26696

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2021	2020
Remuneração do ativo de contrato de concessão	52.162	40.610
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	69.516	22.045
Receita de implementação da infraestrutura	-	1.943
Operação e manutenção	15.495	12.288
Parcela variável (a)	(578)	(828)
Outras receitas	2.234	12.078
Receita operacional bruta	138.829	88.136
PIS e COFINS correntes	(2.742)	(2.524)
PIS e COFINS diferidos	(2.367)	(677)
Encargos setoriais (b)	(1.015)	(822)
Deduções da receita	(6.124)	(4.023)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>132.705</b>	<b>84.113</b>

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D e Taxa de Fiscalização.

Margens das obrigações de performance	2021	2020
<b>Operação e Manutenção – O&amp;M</b>		
- Receita	15.495	12.288
- Custos	(7.375)	(3.638)
<b>Margem (R\$)</b>	<b>8.120</b>	<b>8.650</b>
<b>Margem percebida (%)</b>	<b>52,40%</b>	<b>70,39%</b>

A variação refere-se principalmente ao reajuste da receita de operação e manutenção pela alta o IPCA.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2021	2020
Receita operacional bruta	138.829	88.136
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(63.695)	(18.986)
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>75.134</b>	<b>69.150</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
-Remuneração direta	(726)	(754)
-Benefícios	(325)	(381)
-FGTS e INSS	(257)	(326)
<b>Pessoal</b>	<b>(1.308)</b>	<b>(1.461)</b>
- Custo de implementação de infraestrutura	-	2.254
- O&M	(2.335)	(3.635)
- Outros	(228)	(109)
<b>Materiais</b>	<b>(2.563)</b>	<b>(1.490)</b>
Serviços de terceiros	(4.157)	(3.670)
Depreciação e amortização	(164)	(55)
Outros custos e despesas operacionais	(184)	(630)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(8.376)</b>	<b>(7.306)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na manutenção das linhas de transmissão.

Custos e despesas com serviços prestados: Referem-se basicamente a custos relacionados a O&M, Limpeza de faixa de servidão, CCI e serviços de back-office.

Depreciação e amortização: Referem-se basicamente a amortização do direito de uso oriundo a aplicação da IFRS 16.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, seguros, impostos, taxas e contribuições.

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	717	289
Atualização monetária de depósitos judiciais	71	-
<b>Receitas financeiras</b>	<b>788</b>	<b>289</b>
Arrendamento financeiro	(24)	(11)
Atualização monetária de contingências	(76)	-
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(48)	(90)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(148)</b>	<b>(101)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>640</b>	<b>188</b>

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2021, 42,85% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (57% em 31 de dezembro de 2020).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 12 – Partes relacionadas.

## 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de operação nº	Data de emissão	Vencimento
SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024
SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024
Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029
SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024
Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar pós vacina.
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2022, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

\*\*\*\*\*

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49